

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

ATO NORMATIVO 555/2026

Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará, o Centro de Apoio Operacional da Família, Sucessões e Registros Públicos – CAOFAM e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 127, §2º da Constituição Federal c/c o art. 10, inciso V, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e as disposições contidas nos arts. 26, inciso V, 77 e 79, todos da Lei Complementar Estadual nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura ao Ministério Público autonomia funcional e administrativa, permitindo-lhe praticar atos próprios de gestão, incluindo a expedição de atos para disciplinar as atividades administrativas do órgão;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Estadual nº 72/2008, “os Centros de Apoio Operacional serão instituídos e organizados por Ato do Procurador-Geral de Justiça, que nomeará os seus coordenadores e assessores dentre os Procuradores ou Promotores de Justiça da mais elevada entrância”;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer uma estrutura racional e harmônica, de modo a ampliar e conferir maior eficiência ao trabalho de apoio técnico aos órgãos da estrutura do Ministério Público;

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

CONSIDERANDO a previsão constitucional das famílias como a base da sociedade, com determinação de especial proteção do Estado, fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade (maternidade) responsável (art. 226 da CF/88);

CONSIDERANDO a relevância dos registros públicos para existência legal da pessoa e garantia da cidadania, além de fornecer segurança jurídica, publicidade e proteção de atos essenciais ao exercício de direitos socioeconômicos;

CONSIDERANDO a importância de garantir a segurança jurídica, a ordem social e a justiça na transmissão de bens, direitos e obrigações após o falecimento da pessoa, evitando conflitos familiares, assegurando a estabilidade das relações patrimoniais e a proteção de herdeiros;

CONSIDERANDO a relevância da atuação do Ministério Público na área da família, sucessões e registros públicos, justificada quando houver interesse de criança, adolescente, pessoa idosa em situação de vulnerabilidade, vítima de violência doméstica, curatelado, bem como demais situações previstas na Constituição Federal e demais legislações aplicáveis;

CONSIDERANDO a necessidade de especializar um Centro de Apoio Operacional para oferecer na área de Família, Sucessões e Registros Públicos suporte específico para viabilizar a defesa dos interesses das pessoas em situação de vulnerabilidade que justifique a atuação do Ministério Público.

CONSIDERANDO que o Ministério Público deve alinhar seus eixos de atuação de forma interdisciplinar, com observância da Constituição Federal, das determinações do CNMP e compromissos internacionais assumidos, especialmente para fortalecer o bem-estar social, reduzir a pobreza e promover a igualdade de gênero.

CONSIDERANDO a importância dos Centros de Apoio no estímulo à atuação resolutiva e propositiva do Ministério Público, nos termos da Recomendação nº 54, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, disposto no art. 37 da Constituição Federal, que deve orientar a Administração Pública na definição de sua estrutura organizacional e na alocação de seus recursos;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado, na estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, o Centro de Apoio Operacional da Família, Sucessões e Registros Públicos, órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, que tem por finalidade promover a articulação na seara da Família, Sucessões e Registros Públicos, com atribuições em todo o espaço territorial cearense.

Art. 2º Compete ao CAO FAM, como órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, além das atribuições definidas no art. 78 da Lei Complementar Estadual nº 72/2008, o exercício de atividades indutoras da política institucional, cumprindo-lhe, em especial:

I – fomentar a intermediação e o intercâmbio entre as promotorias de justiça que atuam na área do Direito de Família, Sucessões e Registros Públicos e os órgãos públicos ou privados que compõem a rede de atendimento respectiva;

II – acompanhar as políticas públicas nacional e estadual referentes ao direito de Família, Sucessões e Registros Públicos, realizando estudos e oferecendo sugestões às entidades públicas e privadas com atribuições no setor, sempre respeitando as atribuições dos órgãos de execução;

III – acompanhar indicadores de Família, Sucessões e Registros Públicos no Estado do Ceará para composição de banco de dados, de modo isolado ou em cooperação com órgãos de execução, junto a órgãos públicos ou entidades privadas, com vistas a dar suporte à atuação dos órgãos de execução;

IV – promover a articulação, a integração e o intercâmbio entre as promotorias de justiça com atribuição na área de família, sucessões e registros públicos, inclusive para efeito de atuação conjunta ou simultânea;

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

V – apresentar, ao Procurador-Geral de Justiça, sugestões visando estabelecer política institucional para a atuação das promotorias de justiça de defesa do direito à família, sucessões e registros públicos;

VI – prestar auxílio e remeter informações técnico-jurídicas aos promotores de justiça de defesa do direito da família, sucessões e registros públicos, de ofício ou por provocação, com vistas a manter a uniformidade do exercício funcional, observando os princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional;

VII – expedir notas técnicas e modelos de peças judiciais e administrativas, visando à melhoria dos serviços públicos;

VIII – manter arquivo informatizado e atualizado com modelos de petições iniciais de ações judiciais, portarias inaugurais de procedimentos administrativos e pareceres, por meio do sítio eletrônico do CAOFAM;

IX – incentivar a realização, por parte da Escola Superior do Ministério Público, de cursos, palestras e outros eventos, visando à efetiva capacitação de membros e servidores do Ministério Público na seara da defesa do direito de família, sucessões e registros públicos;

X – criar projetos, desenvolver estudos e grupos de pesquisa e elaborar cartilhas explicativas para a disseminação de informações junto aos órgãos de execução;

XI – sugerir a realização de convênios e auxiliar o órgão de execução no cumprimento das obrigações deles decorrentes;

XII – representar o Ministério Público, quando cabível e por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único – Aplica-se ao CAOFAM, no que couber, as disposições dos arts. 5º a 16º do Provimento nº 70/2008.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Art. 3º A Coordenação do CAOFAAM será exercida por Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça da mais elevada entrância, designado por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único. A Coordenação Auxiliar será exercida por Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça de qualquer entrância, indicado pelo Coordenador do CAOFAAM e designado por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 4º A gestão administrativa e de pessoal, bem como a representação interna e externa do CAOFAAM, serão executadas pelo Coordenador, admitindo-se a delegação da representação a Coordenador Auxiliar.

Art. 5º Este ato normativo entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 09 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

HERBET GONÇALVES SANTOS
Procurador-Geral de Justiça
(assinado eletronicamente)